

MÁRIO SAADI

EMPRESA SEMIESTATAL

Prefácio
Rodrigo Pagani de Souza

Apresentação
Mario Engler Pinto Junior

 FÓRUM

Autor
Mário Saadi

EMPRESA SEMIESTATAL

Prefácio
Rodrigo Pagani de Souza

Apresentação
Mario Engler Pinto Junior

Área específica
DIREITO PÚBLICO.

Áreas afins

O presente livro tem como objetivo responder a duas perguntas: (i) *qual o regime jurídico estrutural da empresa semiestatal?*; (ii) *qual o regime jurídico funcional da empresa semiestatal?* Ela é aqui caracterizada como aquela em que o Estado detém participação minoritária em seu capital votante, mas na qual compartilha o controle societário com sócios privados. Isso faz surgir a dúvida sobre o seu regime jurídico estrutural: se integra ou não a Administração Pública. A resposta é a de que, sob o ordenamento jurídico brasileiro, a empresa assim caracterizada não é integrante da Administração Pública indireta. Para se chegar à conclusão, o autor analisa disposições constitucionais e infraconstitucionais, com a verificação de que a existência de instrumentos de compartilhamento de controle entre sócios público e privado não a torna parte da Administração Pública indireta. Quanto ao regime jurídico funcional, empresas semiestatais têm sido constituídas com dois grandes objetivos: intervenção direta (exploração de atividade econômica) e indireta (atividade administrativa de fomento) no domínio econômico. Ambas são admitidas constitucionalmente e reconhecidas na legislação que trata da atuação de empresas estatais em específico. Contudo, o fato de as empresas semiestatais não integrarem a Administração Pública indireta não faz com que inexista controle sobre a sua constituição e sobre a sua atuação. Ao revés: esses controles devem se focar na utilidade dessas empresas para concretizarem os objetivos que motivaram sua constituição. Para o aprimoramento jurídico do tema, o trabalho propõe a inserção das atividades de empresas estatais e, consequentemente, de empresas semiestatais em políticas públicas e em ciclos de projetos.

Público-alvo/consumidores
ADVOGADOS; PROFESSORES;
MEMBROS DE EMPRESAS ESTATAIS.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10001505

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

S111e Saadi, Mário

Empresa semiestatal / Mário Saadi. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.
328p.; 14,5 cm x 21,5 cm

ISBN: 978-85-450-0607-7

1. Direito Público. 2. Empresa semiestatal. I. Título.

CDD: 341

CDU: 342

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SAADI, Mário. *Empresa semiestatal*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 328p. ISBN 978-85-450-0607-7.

Mário Saadi é Doutor em Direito do Estado pela USP. Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Bacharel em Direito pela FGV-SP. Advogado de Infraestrutura e Direito Público do Mattos Filho Advogados. Árbitro vinculado à CAMFIEP. Por esta editora, já publicou “O procedimento de manifestação de interesse à luz do ordenamento jurídico brasileiro”.

PREFÁCIO	
Rodrigo Pagani de Souza	21
APRESENTAÇÃO	
Mario Engler Pinto Júnior	25
INTRODUÇÃO	27
PARTE I	
NOÇÃO E REGIME ESTRUTURAL DA EMPRESA SEMIESTATAL	
CAPÍTULO 1	
NOÇÃO JURÍDICA DE EMPRESA SEMIESTATAL.....	49
1.1 Caracterização: a empresa semiestatal	49
1.2 Aspecto correlato: a empresa público-privada.....	54
CAPÍTULO 2	
EMPRESA SEMIESTATAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO	63
2.1 Constituição Federal de 1988	66
2.2 Lei das Empresas Estatais e legislação correlata.....	67
2.2.1 Decreto nº 8.945/2016 e a caracterização de “sociedades privadas”	72
2.2.2 DL nº 200 e a caracterização de empresas públicas e sociedades de economia mista.....	76
2.2.3 Decreto nº 1.091/1994 e o compartilhamento de controle.....	78
2.3 Empresas controladas pela Administração Pública na legislação esparsa	81
2.3.1 Decreto nº 84.128/1979 e a criação da SEST	82
2.3.2 Cobrança de IRPJ de sociedades de economia mista e discussão no STF (ROMS 24.249-7/DF)	87
2.3.3 Decreto nº 6.021/2007 e a criação da CGPAR.....	94
2.4 Conclusão	96
CAPÍTULO 3	
CONTROLES ACIONÁRIO E SOCIETÁRIO NA EMPRESA SEMIESTATAL.....	99
3.1 Entre formalismo (Lei das Estatais) e materialidade (Lei das S/A)	101
3.1.1 Distinção entre controles acionário e societário e a empresa semiestatal	107
3.1.2 Distinção entre controles e entendimento da CVM sobre a Lei das Empresas Estatais	109
3.2 Administração Pública como compartilhadora de controle societário	113
3.2.1 Discussões sobre acordos de acionistas celebrados pelo Estado	115
3.3 Instrumentalidade do poder de controle e a dialética da empresa semiestatal	124
3.4 Conclusão	144
CAPÍTULO 4	
REGIME ESTRUTURAL DA EMPRESA SEMIESTATAL	145
4.1 Critério de enquadramento da maioria do capital votante e segurança jurídica.....	145

4.2	Orçamento de investimento e solução fática a respeito do tema	150
4.3	Requisitos para participação do Estado e contribuição à aceção de controle	154
4.3.1	Importância dos instrumentos negociais que preveem compartilhamento de controle.....	163
4.3.2	Obrigações societárias impostas ao Estado na qualidade de sócio integrante de bloco de controle	172
4.4	Fechamento.....	175

PARTE II
REGIME FUNCIONAL DA PARTICIPAÇÃO
ESTATAL NA EMPRESA SEMIESTATAL

CAPÍTULO 5

	EMPRESA SEMIESTATAL COMO INSTRUMENTO DE EXPLORAÇÃO DIRETA DE ATIVIDADE ECONÔMICA.....	179
5.1	Intervenção direta do Estado na atividade econômica e a ideia de persistência	182
5.1.1	Motivação para realização do investimento minoritário: eficiência	185
5.2	Empresas semiestatais no setor de petróleo e gás	192
5.2.1	Instrumentos de compartilhamento de controle no setor de petróleo e gás.....	198
5.3	Empresas semiestatais no setor elétrico	200
5.3.1	Instrumentos de compartilhamento de controle no setor elétrico	203
5.4	Conclusão	205

CAPÍTULO 6

	PARTICIPAÇÃO NA EMPRESA SEMIESTATAL COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO	207
6.1	Atividade administrativa de fomento e sua delimitação.....	208
6.1.1	Motivação para realização do investimento minoritário: potencialidade.....	215
6.2	Empresas semiestatais no âmbito dos bancos públicos de fomento	216
6.2.1	Instrumentos de fomento no âmbito dos bancos públicos de fomento.....	217
6.2.2	Instrumentos societários de controle no âmbito dos bancos públicos de fomento.....	219
6.3	Possibilidade de constituição de empresas semiestatais no setor de inovação	222
6.3.1	Participação estatal minoritária como instrumento de fomento no setor	222
6.3.2	Possibilidade de adoção de instrumentos societários de compartilhamento de controle no setor	223
6.4	Fechamento.....	224

PARTE III
CONTROLE SOBRE A EMPRESA SEMIESTATAL

CAPÍTULO 7

	CONTROLE SOBRE A FUNÇÃO DA EMPRESA SEMIESTATAL	229
7.1	Controle por Tribunais de Contas.....	230
7.2	Controle por meio do planejamento na constituição de empresas semiestatais.....	232
7.2.1	Discussões sobre planejamento de investimentos estatais minoritários	242

7.3	Controle pela possibilidade de execução de atividades exclusivamente pela iniciativa privada	257	
7.4	Conclusão	261	
CAPÍTULO 8			
EM BUSCA DE RESULTADOS DAS EMPRESAS SEMIESTATAIS.....			263
8.1	Discurso de busca de resultados nas empresas estatais	266	
8.2	Alcance de resultados na intervenção direta na economia: políticas públicas	271	
8.3	Alcance de resultado na atividade administrativa de fomento: ciclo de vida de projetos	286	
8.3.1	O intercâmbio das ideias de inserção em políticas públicas e o ciclo de vida de projetos	298	
8.4	Fechamento.....	303	
CONCLUSÃO			305
REFERÊNCIAS			313